

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.709 - RS (2019/0304542-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : CÍNTIA LUZZATTO - RS054216
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GABRIEL RODRIGUES MACIEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Gabriel Rodrigues Maciel** - cumprindo pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, pela prática do crime de roubo majorado, com saldo de pena a cumprir de 3 anos, 3 meses e 18 dias -, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que, após o cumprimento dos requisitos objetivo e subjetivo, o paciente foi beneficiado com o livramento condicional, no dia 5/12/2018, pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Santa Maria/RS (PEC n. 136846-0 - fls. 36/38).

Contra tal *decisum*, insurgiu-se o Ministério Público no Tribunal de origem, pretendendo a reforma da decisão que deferiu ao apenado referido benefício. O Tribunal *a quo*, por maioria de votos, deu provimento ao Agravo de Execução Penal n. 70081124034 para desconstituir a decisão que concedeu o livramento condicional, nos termos da seguinte ementa (fl. 74):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO. REQUISITO SUBJETIVO NECESSÁRIO À CONCESSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL NÃO SATISFEITO.

A nova redação dada ao Art. 112 da Lei de Execução Penal pela Lei nº 10.792/03, ao afastar dos requisitos legais a necessidade dos pedidos de progressão de regime e de livramento condicional, não vedou a possibilidade de o Juiz utilizar outros meios de prova para balizar seu convencimento.

Evidenciado, à luz do histórico carcerário do apenado, que o apenado ainda não apresenta condições de reinserção em convívio social mais amplo, é imperativa a reforma da decisão que concedeu o livramento condicional ao apenado.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO PROVIDO. POR MAIORIA.

Opostos embargos infringentes e de nulidade pela defesa, à unanimidade, foram desacolhidos (Embargos Infringentes e de Nulidade n. 70082369141 - fl. 120):

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE. AGRAVO EM EXECUÇÃO. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO OBJETIVO. DESATENDIMENTO.

Embora atenda ao requisito objetivo, o embargante não possui mérito subjetivo à concessão da benesse prevista no art. 83 do CP, em razão de seu histórico carcerário que registra a prática de duas faltas graves no curso da expiação, além da notícia de ter sido preso em flagrante pela prática de duas faltas graves no curso da expiação, além da notícia de ter sido preso em flagrante pela prática de novo crime patrimonial recentemente. Tais circunstâncias demonstram que o apenado ainda se encontra em processo de amadurecimento e aprendizado quanto ao controle de seus impulsos, razão pela qual não merece retoques a decisão proferida pela dought majority.

EMBARGOS INFRINGENTES DESACOLHIDOS. UNÂNIME.

Sobreveio, então, o presente *writ*, no qual a defensora pública sustenta, em síntese, ilegalidade do acórdão impugnado quanto à cassação do benefício de livramento condicional, ao argumento de que o ora paciente preencheria os requisitos objetivo e subjetivo previstos em lei.

Ressalta, ademais, que *não deve o reconhecimento de faltas graves ser considerado suficiente para impedir a concessão do livramento condicional, pois não se trata de característica concreta da personalidade, de comportamento ou de avaliação psicossocial* (fl. 6).

Requer, liminarmente, *a suspensão da decisão do Tribunal a quo até o julgamento do mérito do presente writ* (fl. 9). No mérito, pugna pela cassação do acórdão hostilizado, a fim de que seja restabelecida a decisão de primeiro grau que concedera ao ora paciente o benefício do livramento condicional.

É o relatório.

Desprovida de previsão legal específica (arts. 647 a 667 do Código de Processo Penal), a liminar em tema de *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias, reclama, por certo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Superior Tribunal de Justiça

Em juízo preliminar e perfunctório, não vejo como afastar a motivação do acórdão atacado (fls. 122/123 - grifo nosso):

O segregado foi condenado a 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, pela prática de crime de roubo duplamente majorado, ingressando no sistema prisional em 03-03-2016, com saldo de pena a cumprir - 03 (três) anos, 03 (três) meses e 18 (dezoito) dias -, **registrando em seu histórico duas faltas graves, sendo a última homologada em 29-11-2018, quando em regime mais brando, acarretando consectários atinentes à regressão ao regime mais gravoso.**

Em 29-01-2019 lhe foi concedida o livramento condicional.

Contudo, conforme apontado pelo agente ministerial no parecer de fls. 51-53, o ora embargante foi preso em flagrante em 11-05-2019 em razão da suposta prática de novo crime patrimonial, segregação esta convertida em preventiva em 14--5-2019, tendo o juízo da execução determinado a suspensão da benesse, prorrogando o período de prova até decisão final nos autos do processo nº 027/2.19.00071778.

Portanto, apresentou comportamento incontestavelmente desabonatório no transcurso do cumprimento da corporal, o que evidencia sua ausência de freios inibitórios e principalmente seu descompromisso para com a ressocialização ínsita à reprimenda penal.

E tanto não pode ser ignorado quando da avaliação judicial, pois comprova que o detento não apresenta mérito subjetivo para usufruir do derradeiro benefício antes de sua plena liberdade, exigindo-se cautela quando de sua reinserção na sociedade.

A realidade recomenda a necessidade de reafirmação dos hábitos atinentes ao trabalho e ao respeito às regras e limites a fim de permitir futura reavaliação quanto à presença de condições para o alcance do benefício perseguido.

Ao Colegiado cabe, por prudência, o pronunciamento definitivo, no momento apropriado.

Indefiro, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e ao Juízo da Vara de Execuções Criminais competente sobre os fatos alegados na inicial, no prazo de 20 dias e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator